

ADAPTAÇÃO CONCEITUAL PARA DEFICIENTES AUDITIVOS: Uma experiência na disciplina de Teoria Geral de Administração

Diovani Pereira de Alcantara¹

Introdução

A inclusão da pessoa com deficiência tem permeado os debates educacionais nos últimos anos. Entretanto, tal debate foca essencialmente na educação básica e com menos ênfase o Ensino Superior. Assim, debater a inclusão nos cursos de graduação assume um significado muito relevante considerando que os estudantes incluídos na educação básica, tem buscado com mais frequência o ensino superior.

O ponto de partida para a compreensão da situação é inicialmente o conceito de inclusão, que por vezes assume acepções muito distintas. Neste trabalho, optou-se por uma visão que considera que a convivência cotidiana com a diversidade, sobretudo no ambiente universitário, deve ser enfrentada com acolhimento envolvendo procedimentos didáticos e metodológicos. Neste contexto, o Decreto nº 10.502 define as políticas educacionais inclusivas como:

Conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo. (BRASIL, 2020)

Em 2020, o Centro Universitário Geraldo Di Biase em parceria com a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, representada pela Secretaria da Pessoa com Deficiência abriu uma turma, para o 1º período de Administração na unidade de Volta Redonda, com 33 alunos, sendo 27 com deficiência auditiva (DA), 05 com deficiência física (DF) e 01 com deficiência mental leve (DM).

¹ Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Gestão e Docência do Ensino Superior

Inicialmente quando fui convidado para lecionar a disciplina Teoria Geral da Administração (TGA) para esta turma não imaginei os desafios que teria que enfrentar. Desde o início o grupo teve o apoio constante de dois intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Além disso, fomos assistidos pela instituição e pela Secretaria da Pessoa com Deficiência. Especificamente no caso da disciplina TGA os desafios começaram com a introdução de palavras muito abstratas e que não faziam sentido especialmente para os deficientes auditivos como a estrutura organizacional.

Assim, foi necessário encontrar estratégias que focassem no conteúdo mas considerasse as particularidades do grupo. O conteúdo da disciplina centrava-se em aspectos históricos e teóricos ligados às teorias administrativas e que em sua maioria são conceitos bastante abstratos e com um vocabulário completamente novo para os estudantes com deficiência auditiva. Assim, surgiram as questões: Como trabalhar o conteúdo de forma compreensível pelos DAs? Como atender simultaneamente os estudantes ouvintes?

As respostas vieram a partir de aulas planejadas especificamente para o grupo e atividades que geraram ações de ensaio e erro. Entretanto, uma atividade em especial se mostrou bastante eficaz. As teorias foram apresentadas a partir de um estudo comparativo entre duas empresas com alguns aspectos comuns e também diferenças significativas. Trata-se das lojas Ricardo Eletro e Magazine Luiza. Os conceitos teóricos das diversas concepções administrativas foram sendo apresentados dentro do estudo de caso em questão. Ao final de cada aula se fez um jogo com afirmativas conceituais em que os estudantes tinham de verificar a veracidade das sentenças e justificá-las. Os estudantes se empolgaram com o jogo e evidenciaram a absorção do conteúdo esperado.

Posteriormente, após as diversas aulas envolvendo os estudos teóricos por meio do caso escolhido os estudantes tiveram que apresentar as suas conclusões para a turma. Este foi um momento muito especial e eles gostaram muito da oportunidade de se apresentarem. Assim, neste contexto lúdico e adaptado os conceitos e teorias foram trabalhados e o conteúdo previsto na ementa foi apresentado.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar um relato a partir da experiência de ensinar a disciplina Teoria Geral da Administração para uma turma de estudantes com deficiência no curso de Administração.

Metodologia

A metodologia empregada nesta proposta envolve o relato de um caso real vivenciado pelo autor como docente da disciplina TGA para uma turma formada por pessoas com deficiências, predominantemente a deficiência auditiva.

Resultados e Discussão

Os resultados alcançados pelo grupo se traduziram na aprovação dos estudantes com os principais conceitos teóricos assimilados. Os estudantes se manifestaram por meio da responsável e idealizadora do projeto dizendo que as atividades facilitaram muito a compreensão e estudo da disciplina.

Considerações Finais

Como professor universitário reafirmo as dificuldades e desafio que a inclusão representa no Ensino Superior. Vale ressaltar que há a necessidade de se buscar estratégias específicas e aprofundar os estudos para adaptação curricular nos cursos de graduação. A atividade aqui apresentada não se propõe como solução para esta questão, mas sim, como uma estratégia bem-sucedida, embora apresente também limitações e não seja aplicável para todos os conteúdos.

Há ainda questões intrigantes que precisam ser objeto de estudo e pesquisa no âmbito deste projeto como: Quais estratégias são mais eficazes na articulação

teoria e prática para a pessoa com deficiência no contexto do ensino superior? Que adaptações curriculares são adequadas? Como avaliar considerando as especificidades dos estudantes? Como auxiliar no ingresso dos estudantes no mercado de trabalho?

Embora não tenhamos as respostas, já temos as perguntas que podem nos mover na direção do enfrentamento e redução do preconceito contra a pessoa com deficiência.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 10. 502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 28 dez. 2021.